



33996585



08027.001695/2025-17



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos
Gabinete da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

OFÍCIO Nº 908/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ

Brasília, na data da assinatura.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Federal Carlos Veras
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar nº 7976/2025, de autoria do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ)

Referência: Ofício 1ªSec/RI/E/nº 480

Senhor Primeiro-Secretário,

Reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar nº 7976/2025, de autoria do Deputado Federal Chico Alencar (PSOL/RJ), para encaminhar o OFÍCIO Nº 506/2025/DASPAR/PF, elaborado pela Polícia Federal (PF), a fim de subsidiar resposta ao i. parlamentar.

Na oportunidade, renovo protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Anexo:

a) OFÍCIO Nº 506/2025/DASPAR/PF (33978970).



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON CÉSAR LIMA E SILVA, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 27/03/2026, às 19:04, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33996585** e o código CRC **72F5D85B**

O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.001695/2025-17

SEI nº 33996585

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 436, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3223 - www.gov.br/mj/pt-br

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



33996642



08027.001695/2025-17



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos
Área de Assessoria da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos

DESPACHO Nº 740/2025/ASSESSORIA-SAL/GAB-SAL/SAL

Destino: **Carlos Veras - Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados**

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar nº 7976/2025**

Interessado: **Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ)**

De ordem, encaminho à DIAPRO, para envio, ao Sr. Carlos Veras, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, dos documentos abaixo listados, por intermédio do e-mail ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

- a) RIC nº 7976/2025, de autoria do Deputado Chico Alencar (33853161);
- b) OFÍCIO Nº 908/2025/Assessoria-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ (33996585); e
- c) OFÍCIO Nº 506/2025/DASPAR/PF (33978970).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Rodrigues Grego (PST), Prestador(a) de Serviço - Técnico(a) em Secretariado**, em 27/03/2026, às 15:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **33996642** e o código CRC **632867B4**
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

OFÍCIO Nº 506/2025/DASPAR/PF

Brasília, na data da assinatura.

À Senhora
Betina Günther Silva
Assessora Especial do Ministro
Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício-Sede
70064-900 Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar n.º 7976/2025, de autoria do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ).

Referência: Ofício 888/2025 ASSESSORIA-SAL/GAB-SAL/SAL/MJ - Processo SEI-MJSP n.º 08027.001695/2025-17

Senhora Assessora,

Em atenção ao Ofício em referência, relativo ao **Requerimento de Informação Parlamentar - RIC n.º 7976/2025**, de autoria do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ), no qual se requerem informações sobre investigações da Polícia Federal (Operação Compliance Zero) relativas ao Banco Master, de ordem informa-se que os fatos estão sendo apurados em investigação que tramita em segredo de justiça, sugerindo-se que o pedido seja apresentado perante a 12ª Vara Criminal Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Atenciosamente,

BIANCA RONDINELI CEREGATTI MURAD
Delegada de Polícia Federal
Chefe de Gabinete da Direção-Geral



Documento assinado eletronicamente por **BIANCA RONDINELI CEREGATTI MURAD, Chefe de Gabinete**, em 08/12/2025, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143827106&crc=59A7E0E9.
Código verificador: **143827106** e Código CRC: **59A7E0E9**.

Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo I, 27º andar, sala 11, Brasília/DF
CEP 70165-900, Telefone: (61) 3303-1018
E-mail: daspar@pf.gov.br

Referência: Processo nº 08200.047142/2025-52

SEI nº 143827106



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública sobre investigações da Polícia Federal (Operação Compliance Zero) relativas ao Banco Master, especialmente quanto ao envolvimento de instituições públicas (Banco de Brasília, Rioprevidência, Caixa Econômica Federal) em operações fraudulentas ou negligentes, possível corrupção e coação de agentes públicos, identidade de sócios ocultos, compatibilidade entre valores apreendidos (R\$ 230 milhões) e fraude estimada (R\$ 12 bilhões), responsabilização criminal dos envolvidos, e proposição de alterações legislativas para tipificação e endurecimento de penas relacionadas a esquemas de pirâmide financeira e fraudes contra o sistema financeiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado, ao Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, o presente Requerimento de Informação.

Em 18 de novembro de 2025, a Polícia Federal deflagrou a Operação Compliance Zero, prendendo Daniel Bueno Vorcaro (presidente e controlador do Banco Master) no Aeroporto Internacional de Guarulhos, bem como outros dirigentes da instituição. Simultaneamente, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master e suas subsidiárias.

A investigação da PF identificou um esquema fraudulento estimado em R\$ 12 bilhões, estruturado mediante: (i) emissão de R\$ 50 bilhões em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) com remunerações entre 130%-177% do CDI, muito acima da média de mercado de 100%-105%; (ii) criação de ativos fictícios mediante aquisição de créditos



Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 970 – CEP 70160-900 – Brasília – DF
Telefone: (61) 3215-6970 – Fax: (61) 3215-6970 – E-mail: dep.chicoalencar@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ

inexistentes da empresa Tirreno; (iii) venda fraudulenta desses créditos falsos ao Banco de Brasília por R\$ 12,2 bilhões; e (iv) esquema de pirâmide financeira no qual recursos de novos investidores captados por CDBs de alto custo eram utilizados para remunerar investidores antigos.

A liquidação do Master resulta no maior resgate da história do Fundo Garantidor de Créditos, de aproximadamente R\$ 41 bilhões, impactando 1,6 milhão de credores. Além disso, 18 fundos de previdência de servidores públicos (RPPS) aplicaram R\$ 1,876 bilhão em Letras Financeiras do Master, especialmente Rioprevidência-RJ (R\$ 970 milhões) e Amprev-Amapá (R\$ 400 milhões), valores não cobertos pelo FGC e de recuperação incerta.

A Operação também apreendeu R\$ 230,13 milhões em bens, incluindo avião de R\$ 200 milhões, e o Ministério Público junto ao TCU peticionou investigação sobre possíveis falhas ou omissões do Banco Central na fiscalização do Master.

Diante disso, indaga-se:

- 1) Quando a Polícia Federal iniciou as investigações sobre o Banco Master?
- 2) Qual denúncia ou fato gerador motivou a abertura do inquérito?
- 3) Há indícios de envolvimento criminoso do Banco de Brasília nas operações fraudulentas (venda de créditos falsos por R\$ 12,2 bilhões)?
- 4) O BRB atuou como vítima, negligente ou cúmplice?
- 5) As investigações identificaram pagamento de propinas, vantagens indevidas, corrupção ou coação envolvendo servidores públicos, autoridades ou políticos que facilitaram operações do Master ou obstruíram fiscalização?
- 6) A Polícia Federal investigou as nomeações políticas no Rioprevidência em outubro de 2023, a coincidência de datas com credenciamento acelerado (15 dias) do Master, e a continuidade de investimentos (R\$ 1,1 bilhão) mesmo após alertas em maio de 2025?
- 7) Há investigação sobre a demissão dos gerentes da Caixa Econômica Federal (julho de 2024) que se opuseram à operação de R\$ 500 milhões?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ

- 8) Caracteriza coação, represália ou obstrução? Qual é o status de investigação sobre Nelson Tanure, mencionado como possível sócio oculto do Master, conforme rede de relacionamentos?
- 9) As apreensões de R\$ 230 milhões são compatíveis com fraude de R\$ 12 bilhões?
- 10) Há evidências de remessa de recursos ao exterior, uso de laranjas ou estruturas offshore?
- 11) Qual montante total foi bloqueado judicialmente, e qual a expectativa de recuperação de ativos para ressarcimento dos credores e servidores públicos prejudicados?
- 12) As investigações abrangem interrogatório de Guido Mantega e Henrique Meirelles sobre sua atuação no Comitê Consultivo do Master?
- 13) Quais são as acusações específicas contra Daniel Vercaro e demais presos?
- 14) Há denúncia formal quanto aos crimes de estelionato, fraude financeira, lavagem de dinheiro, corrupção e outros?
- 15) O Ministério da Justiça pretende propor alterações legislativas para tipificar com maior rigor operações de pirâmide financeira e aumentar penas para operadores de esquemas fraudulentos?
- 16) Que providências estão sendo adotadas para orientação de investidores sobre golpes de ressarcimento falsos relacionados ao Master?
- 17) Há investigações sobre a participação de agentes políticos nos crimes relacionados ao Banco Master?

Certo de sua compreensão e atenção,

Deputado Chico Alencar
PSOL/RJ

